

AUDITORIA • GUIA TÉCNICO

Continuidade operacional no varejo de médio porte

Como avaliar going concern, provisões e o efeito no relatório do auditor em empresas de varejo

NORMA BASE

NBC TA 570 R2 • ISA
570 • CPC 25 • IAS
37 • CPC 26 • NBC TA
701 • NBC TA 706

PÚBLICO

CFO, controller,
conselho e área
contábil de
empresas de varejo

EDIÇÃO

Guia técnico MERC
nº 211

DATA

Agosto de 2026

01

O problema de decisão

- 01 Como usar este guia
- 02 Por que continuidade virou tema do varejo médio
- 03 O perímetro normativo
- 04 As definições que importam

SEÇÃO 01

Como usar este guia

Continuidade operacional, ou going concern, é o pressuposto de que a empresa vai seguir operando pelo futuro previsível. Quando esse pressuposto entra em dúvida, muda a forma de preparar as demonstrações, muda o conteúdo das notas e muda o relatório do auditor. No varejo de médio porte, o tema deixou de ser exceção: margem apertada, capital de giro pesado e endividamento de curto prazo colocam a continuidade na pauta de todo fechamento.

Este guia é para quem decide no varejo. O público primário é o CFO, o controller, o conselho e a área contábil. O objetivo é transformar a norma de continuidade em rotina de avaliação, com sinais, cálculo, plano de ação e evidência.

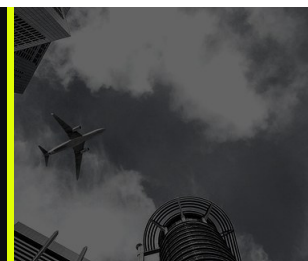
Como está organizado. A parte 1 fixa o vocabulário e o perímetro. A parte 2 percorre o ciclo de caixa do varejo, a avaliação da administração e as provisões. A parte 3 trata do trabalho do auditor, do efeito no relatório e da divulgação. A parte 4 reúne erros, checklists e glossário.

LEITURA POR PAPEL

O CFO deve ler as seções 02, 06 e 11. O controller, as seções 05, 07 e 08. O conselho, as seções 09 e 11. A auditoria interna, as seções 13 e 14. O checklist da seção 16 serve a todos.

SEÇÃO 02

Por que continuidade virou tema do varejo médio



O varejo vive de giro. A margem por item é baixa, e o resultado depende de vender muito, girar estoque rápido e pagar fornecedor em prazo maior do que o prazo de recebimento. Quando o giro desacelera, o caixa aperta antes de o resultado piorar, e é aí que a continuidade entra em risco.

Três forças concentram o problema no médio porte. A primeira é a dependência de capital de giro de curto prazo, muitas vezes rolando a taxas altas. A segunda é a sazonalidade, que exige estoque antecipado e comprime o caixa antes das datas de pico. A terceira é o passivo de arrendamento das lojas, que virou dívida contábil relevante e pressiona os índices.

Para a administração, a consequência é que a avaliação de continuidade não pode esperar o prejuízo. Ela precisa ser feita com base em projeção de caixa, não em resultado contábil, e precisa acontecer a cada fechamento em que haja sinal de alerta.

12 meses

HORIZONTE MÍNIMO DE AVALIAÇÃO

Caixa

O QUE REALMENTE FALHA PRIMEIRO

3

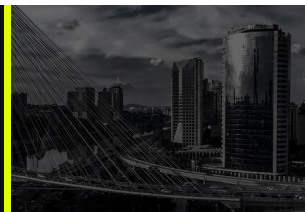
FORÇAS QUE PRESSIONAM O VAREJO

O ARGUMENTO CENTRAL

No varejo, a empresa não quebra por prejuízo contábil. Quebra por falta de caixa. A avaliação de continuidade que olha só o lucro chega tarde. A que olha o fluxo de caixa projetado e os vencimentos chega a tempo.

SEÇÃO 03

O perímetro normativo



A continuidade é tratada em conjunto por normas contábeis e de auditoria. A administração avalia e divulga; o auditor examina a avaliação e conclui sobre o efeito no relatório.

NORMA	PAPEL
CPC 26 e IAS 1	Fixam o pressuposto de continuidade como base de preparação das demonstrações
NBC TA 570 R2 e ISA 570	Definem o trabalho do auditor sobre continuidade e o efeito no relatório
CPC 25 e IAS 37	Disciplinam provisões, passivos e ativos contingentes
NBC TA 701	Trata dos principais assuntos de auditoria, onde a continuidade costuma aparecer
NBC TA 705 e 706	Tratam de modificações de opinião e de parágrafos de ênfase

O ponto de articulação é a incerteza relevante. Quando eventos ou condições geram dúvida significativa sobre a continuidade, a administração precisa divulgar, e o auditor precisa avaliar se a divulgação é adequada antes de decidir o efeito no relatório.

NÃO CONFUNDA OS PAPÉIS

A avaliação de continuidade é responsabilidade da administração, não do auditor. O auditor examina a avaliação, mas não a substitui. Uma administração que espera o auditor levantar o tema já perdeu o controle da narrativa.

SEÇÃO 04

As definições que importam

Continuidade operacional. É o pressuposto de que a empresa continuará em operação e não pretende nem precisa liquidar ou reduzir materialmente a escala das operações. Sob esse pressuposto, ativos e passivos são mensurados na expectativa de realização normal.

Incerteza relevante. É a situação em que eventos ou condições, individualmente ou em conjunto, lançam dúvida significativa sobre a capacidade de continuar. A existência de incerteza relevante não significa que a empresa vá encerrar: significa que o assunto precisa ser divulgado com clareza.

Futuro previsível. É o horizonte da avaliação, de no mínimo doze meses a contar da data das demonstrações. No varejo, é prudente estender a projeção para além do próximo pico sazonal, porque o aperto de caixa costuma se concentrar nessa janela.

TESTE DE COERÊNCIA

Se há incerteza relevante e a base de continuidade permanece adequada, as demonstrações seguem em going concern, mas com divulgação da incerteza. Se a base de continuidade deixa de ser adequada, muda a própria base de preparação. São situações diferentes, com efeitos diferentes no relatório.

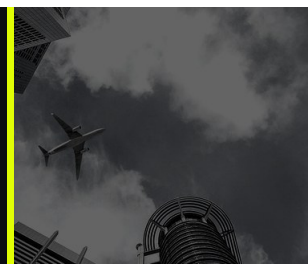
02

Avaliação e provisões

-
- 05 O ciclo de caixa do varejo
 - 06 A avaliação da administração
 - 07 Provisões no varejo
 - 08 Exemplo numérico
 - 09 Planos de ação e viabilidade
-

SEÇÃO 05

O ciclo de caixa do varejo e os sinais de alerta



O ciclo de caixa é a diferença entre o prazo em que a empresa paga fornecedores e o prazo em que recebe das vendas, considerando o tempo em que o estoque fica parado. No varejo, um ciclo que se alonga é o primeiro sinal de aperto.

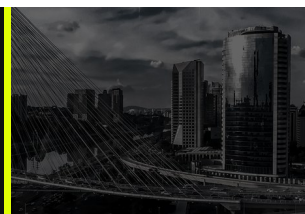
SINAL DE ALERTA	O QUE COSTUMA INDICAR
Estoque girando mais devagar	Vendas abaixo do plano ou compra mal dimensionada
Prazo médio de recebimento subindo	Inadimplência ou concessão de crédito para sustentar venda
Dívida de curto prazo crescendo	Rolagem de capital de giro para cobrir operação
Fornecedores encurtando prazo	Perda de confiança da cadeia de suprimentos
Covenants próximos do limite	Risco de vencimento antecipado de dívida

Nenhum sinal isolado decide. O conjunto, sim. A administração precisa monitorar esses indicadores mês a mês, não apenas no fechamento anual, porque no varejo o intervalo entre o sinal e o problema de caixa é curto.

NO VAREJO, O CAIXA APERTA ANTES DE O RESULTADO PIORAR

SEÇÃO 06

A avaliação da administração



A avaliação de continuidade da administração se apoia em uma projeção de fluxo de caixa para pelo menos doze meses, com premissas explícitas e testáveis. A projeção precisa conectar vendas, margem, capital de giro, investimentos, serviço da dívida e vencimentos.

O erro mais comum é projetar o resultado e supor que o caixa segue junto. No varejo não segue: a compra de estoque para o pico consome caixa meses antes da venda, e o passivo de arrendamento tem vencimento fixo independentemente do movimento da loja. A projeção precisa ser de caixa, com o calendário real de entradas e saídas.

A avaliação também precisa considerar cenários. Um cenário base, um cenário de estresse com queda de vendas e um cenário com atraso de rolagem de dívida mostram se a empresa atravessa a janela ou se depende de uma medida específica para sobreviver.

A PERGUNTA QUE DEFINE

A administração precisa responder, com número: em qual mês o caixa fica mais apertado, quanto falta nesse mês no cenário de estresse e qual medida concreta cobre a diferença. Sem essas três respostas, a avaliação de continuidade é opinião, não avaliação.

SEÇÃO 07

Provisões e passivos no varejo

Continuidade e provisões andam juntas, porque uma empresa sob pressão de caixa tende a acumular passivos que precisam ser reconhecidos, não adiados. O CPC 25 exige provisão quando há obrigação presente, provável saída de recursos e valor estimável de forma confiável.

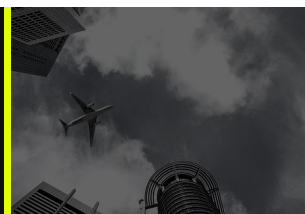
No varejo, os focos são recorrentes: provisão para perdas em estoque obsoleto ou de baixa saída, provisão para demandas trabalhistas e cíveis, provisão para reestruturação quando há plano formal e comunicado, e passivos com fornecedores e arrendamentos. Adiar provisão para preservar resultado é justamente o comportamento que agrava o problema de continuidade e chama a atenção do auditor.

REGRA PRÁTICA DO CPC 25

Provisão exige obrigação presente, saída provável e valor mensurável. Contingência possível, mas não provável, é divulgada, não provisionada. Contingência remota não é nem provisionada nem divulgada. Classificar mal esses três níveis é fonte comum de ajuste.

SEÇÃO 08

Exemplo numérico



Considere uma rede de varejo de médio porte com EBITDA anual de R\$ 24 milhões e dívida líquida de R\$ 84 milhões. O covenant bancário exige dívida líquida sobre EBITDA de no máximo 3,5 vezes.

O índice atual é 84 dividido por 24, igual a 3,5 vezes, exatamente no limite. Agora suponha um cenário de estresse em que as vendas caem e o EBITDA recua 15%, para R\$ 20,4 milhões, enquanto a dívida líquida sobe para R\$ 90 milhões pela necessidade de capital de giro. O novo índice é 90 dividido por 20,4, igual a 4,41 vezes, acima do limite de 3,5.

O rompimento do covenant pode disparar vencimento antecipado da dívida, o que transforma passivo de longo prazo em passivo circulante e agrava o quadro de caixa. Esse é o tipo de gatilho que, sozinho, pode configurar incerteza relevante e exigir divulgação, ainda que a empresa siga lucrativa.

3,5x

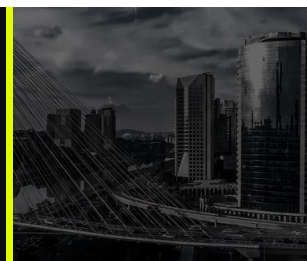
LIMITE DO COVENANT

4,41xÍNDICE NO CENÁRIO DE
ESTRESSE**+R\$ 6 mi**

DÍVIDA ADICIONAL DE GIRO

SEÇÃO 09

Planos de ação da administração e viabilidade



Quando a avaliação aponta incerteza, a administração precisa de um plano de ação viável, não de uma intenção. Um plano viável tem medida específica, valor estimado, prazo e probabilidade realista de execução.

As alavancas típicas no varejo são a renegociação de dívida e de covenants, a captação de novo capital, a venda de ativos não essenciais, a redução de estoque para liberar caixa, o fechamento de lojas deficitárias e a renegociação de arrendamentos. O que separa um plano crível de um plano frágil é a evidência: uma renegociação em curso com proposta formal vale mais do que uma renegociação apenas pretendida.

-
- ☐ Cada medida do plano tem valor estimado e prazo
 - ☐ Existe evidência de execução em andamento, não só intenção
 - ☐ O plano cobre o mês de maior aperto no cenário de estresse
 - ☐ As medidas dependentes de terceiros têm probabilidade avaliada
 - ☐ O conselho aprovou formalmente o plano
-

03

Auditoria e divulgação

- 10 O trabalho do auditor
- 11 Efeito no relatório
- 12 Divulgação em notas
- 13 Controles e evidência
- 14 O que o auditor vai pedir

SEÇÃO 10

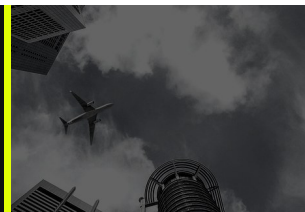
O trabalho do auditor sobre continuidade

Sob a NBC TA 570, o auditor avalia se a administração usou a base de continuidade de forma apropriada e conclui sobre a existência de incerteza relevante. O trabalho não é opinar sobre o futuro, e sim avaliar a razoabilidade da avaliação da administração e a adequação da divulgação.

O auditor examina a projeção de caixa, testa as premissas contra o desempenho recente e contra fatos externos, avalia os planos de ação e busca evidência de sua viabilidade, e considera o efeito de covenants e vencimentos. Também avalia fatos ocorridos após a data das demonstrações que afetem a continuidade.

SEÇÃO 11

Efeito no relatório do auditor



O resultado do exame define o relatório. Há quatro caminhos, e a diferença entre eles é técnica, não de grau de simpatia.

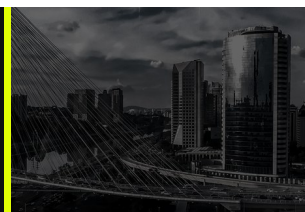
SITUAÇÃO	EFEITO NO RELATÓRIO
Continuidade adequada, sem incerteza relevante	Opinião não modificada, sem parágrafo específico
Incerteza relevante com divulgação adequada	Opinião não modificada com parágrafo de incerteza relevante quanto à continuidade
Incerteza relevante com divulgação inadequada	Opinião modificada, com ressalva ou opinião adversa
Base de continuidade inadequada	Opinião adversa, quando as demonstrações seguem em going concern indevidamente

O parágrafo de incerteza relevante quanto à continuidade não é ressalva. Ele chama a atenção para uma divulgação que já está nas notas. Confundir esse parágrafo com uma opinião modificada gera ruído desnecessário com bancos e investidores.

ONDE A DIVULGAÇÃO DECIDE O RELATÓRIO

Havendo incerteza relevante, o que decide entre opinião limpa com parágrafo e opinião modificada é a qualidade da divulgação nas notas. Divulgar bem a incerteza preserva a opinião. Divulgar mal, ou omitir, força a modificação.

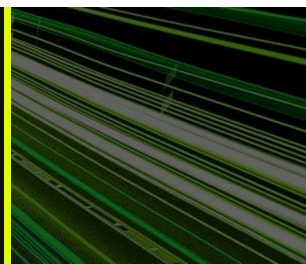
SEÇÃO 12

Divulgação em notas

A divulgação da incerteza relevante precisa ser específica. Descrever os eventos e condições que geram a dúvida, os planos da administração para lidar com eles e a afirmação explícita de que existe incerteza relevante que pode lançar dúvida significativa sobre a continuidade.

Divulgação genérica não cumpre a norma. Escrever que a empresa está sujeita a riscos de mercado, sem nomear o covenant em risco, o vencimento concentrado ou a dependência de rolagem, é o tipo de nota que leva o auditor a concluir por divulgação inadequada.

SEÇÃO 13

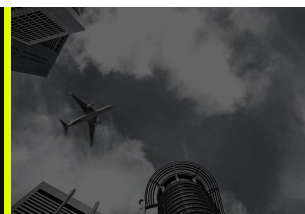
Controles internos e trilha de evidência

A avaliação de continuidade precisa nascer de um processo, com trilha. Os controles críticos são o monitoramento mensal dos indicadores de caixa e covenants, a existência de uma projeção de fluxo de caixa aprovada e versionada, a documentação das premissas e a evidência dos planos de ação.

A projeção de caixa é o documento central. Ela precisa estar datada, aprovada, com premissas registradas e com histórico de acurácia. Uma projeção que erra sistematicamente para melhor perde credibilidade e enfraquece toda a avaliação.

SEÇÃO 14

O que o auditor vai pedir



O auditor vai requerer a projeção de fluxo de caixa de pelo menos doze meses, com premissas e cenários; os contratos de dívida com as cláusulas de covenants; o cálculo dos covenants na data e projetado; a evidência dos planos de ação, como propostas de renegociação e atas; e a carta de representação da administração sobre a continuidade.

PACOTE DE AUDITORIA MÍNIMO

Projeção de fluxo de caixa aprovada e versionada, cálculo de covenants na data e projetado, contratos de dívida, evidência de renegociações em curso, plano de ação aprovado pelo conselho e minuta das notas de continuidade.

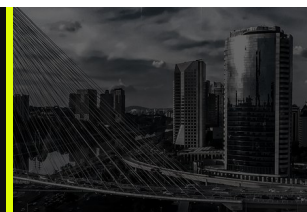
04

Aplicação e consulta

- 15 Erros frequentes
- 16 Checklist por momento
- 17 Perguntas frequentes
- 18 Glossário e conteúdo relacionado

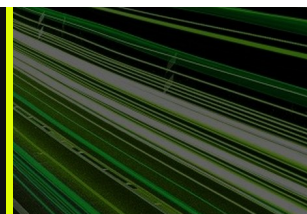
SEÇÃO 15

Erros frequentes



ERRO	CONSEQUÊNCIA	CORREÇÃO
Avaliar continuidade pelo lucro, não pelo caixa	Deteção tardia do aperto	Projetar fluxo de caixa com calendário real de vencimentos
Ignorar o passivo de arrendamento na projeção	Subestimação das saídas fixas	Incluir o serviço do arrendamento mês a mês
Adiar provisão para preservar resultado	Passivo omitido e achado de auditoria	Reconhecer provisão quando o CPC 25 exige
Divulgar incerteza de forma genérica	Opinião modificada por divulgação inadequada	Nomear covenant, vencimento e dependência específicos
Apresentar plano de ação sem evidência	Plano considerado não viável	Anexar propostas, atas e provas de execução
Confundir parágrafo de ênfase com ressalva	Ruído com bancos e investidores	Explicar a diferença técnica ao conselho e ao mercado

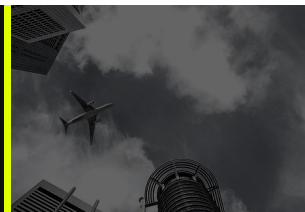
SEÇÃO 16

Checklist por momento do calendário

- ☐ Mensalmente, monitorar ciclo de caixa, dívida de curto prazo e distância dos covenants
- ☐ A cada fechamento, atualizar a projeção de fluxo de caixa de doze meses
- ☐ A cada fechamento, calcular os covenants na data e no cenário de estresse
- ☐ Antes do fechamento anual, revisar provisões à luz do CPC 25
- ☐ Havendo incerteza, formalizar o plano de ação e submeter ao conselho
- ☐ Havendo incerteza, preparar a nota de divulgação específica
- ☐ Antes da emissão, alinhar com o auditor o efeito esperado no relatório

SEÇÃO 17

Perguntas frequentes



Incerteza relevante significa que a empresa vai fechar? Não. Significa que existe dúvida significativa que precisa ser divulgada. Muitas empresas seguem operando com incerteza relevante divulgada e depois resolvida.

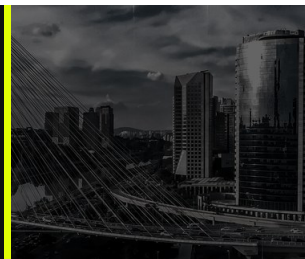
O parágrafo de continuidade é uma ressalva? Não. É um parágrafo que chama atenção para uma divulgação adequada nas notas. A opinião permanece não modificada.

A avaliação precisa cobrir mais de doze meses? O mínimo é doze meses da data das demonstrações. No varejo, é prudente estender além do próximo pico sazonal.

Quem responde pela avaliação? A administração. O auditor examina, mas a avaliação e a divulgação são responsabilidade da administração.

SEÇÃO 18

Glossário, base normativa e conteúdo relacionado



Glossário. Going concern é o pressuposto de continuidade. Incerteza relevante é a dúvida significativa sobre a capacidade de continuar. Covenant é a cláusula financeira que a dívida exige. Ciclo de caixa é o intervalo entre pagar fornecedor e receber da venda. Parágrafo de ênfase chama atenção para uma divulgação sem modificar a opinião.

Base normativa. CPC 26 e IAS 1. NBC TA 570 R2 e ISA 570. CPC 25 e IAS 37. NBC TA 701. NBC TA 705 e 706.

CONTEÚDO RELACIONADO

Consulte os materiais da MERC em www.mercgroup.com.br/insights sobre continuidade operacional e a NBC TA 570, capital de giro e dívida líquida, por que empresas com lucro quebram, e os problemas mais caros de uma empresa.

A MERC Group atua em auditoria independente, asseguração, consultoria contábil e regulatória, tributário e transações para o mercado financeiro. Fale conosco em www.mercgroup.com.br/contato, contato@mercgroup.com.br, mais 55 11 98196 1447.

Fale com a MERC

Auditoria independente, asseguração, consultoria contábil e regulatória, tributário e transações para o mercado financeiro e para companhias em crescimento. Se o tema deste guia toca o seu fechamento, o seu comitê ou a sua próxima transação, comece por uma conversa técnica.

SITE

www.mercgroup.com.br

FALE CONOSCO

www.mercgroup.com.br/contato

E-MAIL

contato@mercgroup.com.br

TELEFONE

+55 11 98196 1447

ENDEREÇO

Av. Adolfo Pinheiro, 1001, Alto da Boa Vista, São Paulo SP

CONTEÚDO

www.mercgroup.com.br/insights

THINK GROWTH. THINK MERC.